

O CORPO EM TRÂNSITO:

a emigração feminina portuguesa para o Brasil por meio dos registros oficiais do século XIX

Letícia Giroto Dilio¹

Artigo recebido em: 19/01/2025.

Artigo aceito em: 06/05/2025.

RESUMO:

O presente artigo aborda a emigração feminina portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX. Durante o período, observa-se o aumento das saídas de portuguesas, caracterizando não somente uma alteração demográfica, mas também social, cultural e simbólica nos países de origem e destino. A partir da análise das documentações oficiais da época, identificam-se as representações de gênero vigentes e o processo de manutenção de papéis e identidades sexuais. O estudo revela como as mulheres foram reduzidas aos seus corpos e funções domésticas. Portanto, sob a análise do discurso e com bases teórico-metodológicas nos Estudos de Gênero, o trabalho pretende abordar as relações de poder que moldaram a participação das mulheres no processo migratório.

PALAVRAS-CHAVE: Emigração portuguesa; Estudo de gênero; História das mulheres.

The body in transit: Portuguese female emigration to Brazil through official records (1850–1873)

ABSTRACT:

This article approaches at Portuguese female emigration to Brazil in the second half of the 19th century. During this period, it is possible to observe an increase in the number of Portuguese women leaving the country, characterizing not only a demographic change, but also a social, cultural and symbolic change in the countries of origin and destination. Based on an analysis of official documents from the time, the current gender representations and the process of maintaining sexual roles and identities are identified. The study reveals how women were reduced to their bodies and domestic functions. Through discourse analysis and with a theoretical-

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2024/03374-3. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7466613805144704>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7190-7054>; Endereço de e-mail: leticia.giroto@unesp.br. Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves. Membro do Núcleo de História Econômica e do Laboratório de História Moderna e Contemporânea (LabMoCo), sediados pela UNESP.

methodological basis in Gender Studies, the work aims to address the power relations that shaped women's participation in the migratory process.

KEYWORDS: Portuguese emigration; Gender studies; Women's History.

1. Introdução

Durante o século XIX, as mulheres portuguesas representavam uma parcela minoritária entre os imigrantes que vieram para o Brasil. Inicialmente, a figura tradicional do imigrante português estava predominantemente associada a homens jovens, solteiros e motivados a acumular recursos financeiros para retornar ao país de origem. No entanto, a partir das décadas de 1870 e 1880, observou-se um aumento significativo no número de famílias portuguesas que se estabeleceram no Brasil (Gonçalves, 2017, p. 611-613).

O aumento no número das emigrações conjuntas deve-se, principalmente, ao incentivo paulista à contratação de mão de obra europeia. O objetivo era suprir a demanda de trabalho nas lavouras de café, o que resultou na contratação de famílias inteiras de imigrantes para o serviço agrícola. Nesse contexto, o perfil clássico do emigrante português passou a incluir a participação de mulheres e crianças no processo migratório. Essa mudança indica uma alteração social e demográfica significativa (Gonçalves, 2017, p. 611–613).

A partir da alteração do perfil demográfico migratório, com maior presença de mulheres e crianças em deslocamento, surge a necessidade de uma abordagem que relacione os estudos de gênero e a história das migrações. A análise de gênero, quando aplicada ao estudo dos deslocamentos transnacionais, contribui para compreender a estrutura das relações de gênero que envolvem a mobilidade entre os sexos. Uma forma de investigar a emigração feminina portuguesa é por meio da análise dos registros oficiais do governo português da época. Por meio da leitura e exame desses documentos, elaborados ou requisitados pelos representantes do Estado português, é possível identificar aspectos da construção e manutenção das relações e categorias de gênero, evidenciadas no discurso presente dos materiais.

Neste trabalho, a fonte *Documentos Sobre Imigração Portuguesa*, elaborada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e publicado pela Imprensa Nacional de Lisboa em 1873, será a base para o estudo da emigração feminina portuguesa para o Brasil. O material reúne mais de 200 documentos diplomáticos, como questionários, cartas, solicitações e denúncias, que detalham o deslocamento e estabelecimento dos portugueses no país de destino. A partir de seu conteúdo, é perceptível a preocupação com as condições de vida dos cidadãos portugueses no Brasil, especialmente nas correspondências e registros consulares relacionados ao processo migratório.

Por meio desse material, será possível aplicar a metodologia de análise de gênero, norteadas principalmente pelas teorias de Judith Butler, Joan W. Scott e Michelle Perrot. As contribuições das autoras, alinhadas à bibliografia utilizada, permitem o exame dos mecanismos discursivos, as dinâmicas sociais e políticas que constroem e sustentam a relação de gênero no contexto migratório, com ênfase na caracterização dessas relações.

Além de examinar as relações de gênero no processo migratório, este estudo busca compreender como o discurso oficial interpretava a emigração feminina para o Brasil. A análise dos documentos não se restringe à descrição administrativa da migração, mas considera casos concretos presentes na documentação, permitindo investigar o papel atribuído às mulheres e suas condições de vida no país de destino. Um exemplo relevante são as menções às mulheres imigrantes que viajavam sozinhas, refletindo preocupações com a preservação da moralidade e com seu papel na estrutura familiar.

2. Mulheres em deslocamento: discurso, memória e contenção

Na década de 1970, a consolidação dos estudos de gênero e da história das mulheres como campos intelectuais permitiu novas compreensões sobre o que é a categoria de gênero, sua construção histórica, e seu impacto na relação entre os sexos. Desde então, teóricas feministas têm se dedicado a investigar as dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem homens e mulheres ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos (Arruda, 2019, p. 335).

A filósofa americana Judith Butler concebe o gênero como parte da construção social do indivíduo. Em sua teoria, o gênero é socialmente imposto por meio do determinismo cultural, que se inicia a partir do nascimento e do sexo biológico dos indivíduos (Butler, 2016). Este processo se embasa nas categorias heteronormativas, divididas em masculino ou feminino, definindo seus comportamentos, papéis sociais e atuações durante a existência do sujeito (Butler, 2016). A autora aponta que, além da ação do imperativo cultural, a diferença sexual é reafirmada pelas instituições sociais e pelos discursos de poder. Portanto, é possível compreender o processo de criação e os mecanismos de manutenção da identidade heterossexual interligados ao poder público, ao indivíduo, e aos reforços sociais e culturais (Butler, 2016).

Desta maneira, é possível observar que Butler não estabelece o gênero como uma identidade fixa, mas como uma construção temporal. Butler aponta que os atos performativos de cada sexo se constituem por meio da estilização do corpo, manifestada no comportamento cotidiano, bem como por atos descontínuos, tendo como objeto de crença a própria identidade. Assim, o indivíduo, enquanto agente social, é caracterizado como objeto, não como sujeito dos atos que constituem sua performance gendrificada. A filósofa concebe o corpo como matéria que assume um significado social e cultural, e seu processo de significação é tido como contínuo e incessante. O gênero, portanto, é construído por meio de uma série de atos renovados, revisados e consolidados social, cultural e politicamente (Butler, 2018, p. 1-16).

No século XVIII iniciou-se a produção de discursos jurídicos, legislativos e administrativos que estabeleceram a norma ideal, incluindo os papéis de gênero e a sexualidade como forma de controle social (Foucault, 2024, p. 36-38). Foucault explicita que as leis civis, a pastoral cristã e o direito canônico foram responsáveis pela sexualidade centrada nas relações matrimoniais, a fim de assegurar a reprodução humana e o aumento da força de trabalho. Esse movimento é essencial na fixação da monogamia heterossexual como norma, assim como no desenvolvimento da

patologização da sexualidade, a fim de corrigir quaisquer desvios da normalidade (Foucault, 2024, p. 41–46).

Desse modo, o gênero também pode ser analisada a partir das ideias de Joan W. Scott, considerando sua manutenção por meio das representações sociais e culturais, que envolvem conceitos normativos, identidade subjetiva e instituições sociais e políticas (Scott, 1995, p. 81–91). Em sua teoria, Scott define o gênero como uma categoria sem significado fixo, cuja significação pode ser alternada ou reprimida ao longo da história e da cultura. Para a historiadora, o Estado desempenha um papel fundamental na reafirmação do binarismo de gênero e na atribuição de papéis sociais, reconhecendo o gênero como um mecanismo de legitimação do poder. O poder molda as relações entre os sexos para atender às necessidades da nação. Além disso, a influência do poder público nas relações de gênero pode ser identificada por meio da análise dos discursos que naturalizam ou contestam essas normas (Scott, 1995, p. 91–99).

Baseada nas diferenças biológicas e sociais entre ambos os sexos, a constituição heteronormativa da identidade de gênero colabora na formação de corpos e espaços gendrados. Em diálogo com as ideias da geógrafa Gillian Rose, o controle dos corpos femininos está ligado à normalização de uma diferença social, que considera as mulheres como física e psicologicamente inferiores. Outrossim, a reprodução do patriarcado, associada ao capitalismo, tornam as distinções entre homens e mulheres ainda mais latentes, limitando os espaços femininos à vida privada. Nesse sentido, as áreas relacionadas ao poder de participação pública e política tornam-se espaços masculinos e masculinizados (Rose, 1993, p. 37).

Alinhada a essa perspectiva, Doreen Massey, geógrafa e antropóloga britânica, estuda o espaço e o papel social da mulher. Em sua abordagem, ela demonstra como o controle social e espacial das mulheres ocorre por meio da restrição da mobilidade e identidade, limitadas ao âmbito privado. Ademais, Massey analisa a construção da masculinidade e feminilidade em relação às diferenças regionais, compreendendo o gênero como uma categoria multifatorial. A contenção

da participação social feminina, segundo a autora, pode ser reforçada tanto por meios simbólicos quanto por mecanismos diretos, impactada por políticas e ideologias locais (Massey, 2001, p. 177–180).

A partir da constituição dos espaços e corpos gendrados, é possível perceber o apagamento feminino no âmbito público, sobretudo nas áreas econômica e política, retirando as mulheres dos locais e práticas intelectuais masculinizadas. Conforme a historiadora Michelle Perrot, a área de história das mulheres é diretamente afetada com a ausência feminina nas produções acadêmicas e documentais. Assim, é importante ressaltar o silenciamento feminino nos registros oficiais produzidos pelos representantes do Estado (Perrot, 2005, p. 34-35).

Considerando o contexto do século XIX, as mulheres formavam uma parte alegórica dos espaços públicos, atuando como verdadeiros ornamentos e meras acompanhantes da prática social e política masculina. Desta maneira, o corpo da mulher e sua condição enquanto sujeito fizeram parte de uma convenção social e de uma identidade coletiva, não existindo individualmente nos arquivos e vida política. Perrot também destaca que a produção documental, por ser feita por, para e sobre homens, corrobora para o processo de apagamento das mulheres nos registros oficiais (Perrot, 2005, p. 34-35).

Essa perspectiva dialoga com a teoria de Gayatri Spivak, que considera o silenciamento sofrido pelas mulheres uma violência epistêmica sistemática, em que os sujeitos considerados subalternos não têm poder de falar ou conhecer suas próprias histórias (Spivak, 2010, p. 54). Nesse sentido, o sujeito feminino é ainda mais prejudicado, sofrendo um duplo apagamento: por ser mulher, mas também por ocupar uma posição subalterna, reduzindo seu acesso ao espaço social (Spivak, 2010, p. 67). Spivak também ressalta as instituições sociais como mediadoras do poder de fala do subalterno, contribuindo para o apagamento de suas vivências (Spivak, 2010, 30–32).

Nos registros oficiais portugueses do século XIX, por exemplo, quando as mulheres aparecem, são majoritariamente associadas à família, reconhecidas como

filhas, esposas ou mães, e raramente citadas como sujeitos individuais em deslocamento. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo as citações sobre as mulheres como singulares sendo escassas, a maioria de suas representações é relacionada à proteção do corpo feminino, o que será ilustrado no item 4 deste trabalho. Desta forma, o enquadramento institucional demonstra como a mulher emigrante era percebida como um corpo a ser regulado e vigiado, não a considerando um sujeito econômico ou social.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre papel feminino, os espaços ocupados e quem é beneficiado pela hierarquia nas relações de gênero. Para Cynthia Enloe, historiadora americana, para falar sobre a feminilidade e sobre a mulher, é necessário abordar as masculinidades, e, por consequência, o homem. Ademais, as ideias de Enloe se tornam essenciais na análise de gênero, sobretudo por buscar ultrapassar a ideia de emigração feminina ligada estritamente à família, e superar a categoria de “*womenandchildren*” nos estudos transnacionais, colocando as mulheres como sujeitos ativos de suas jornadas (Enloe, 1989, p. 1).

Embora os documentos oficiais portugueses do século XIX promovam um apagamento sistemático das mulheres, isso não significa que sua participação no processo migratório tenha sido insignificante. A realidade feminina era múltipla e diversa, atuando como administradoras de negócios familiares, trabalhadoras em diferentes ofícios. No entanto, os registros oficiais tendiam a enquadrá-las somente no âmbito doméstico e familiar, refletindo uma construção discursiva que reduz a complexidade de suas experiências.

Em suma, as feministas citadas contribuem significativamente para a construção do estudo de gênero e da história das mulheres, fornecendo base para a análise da estrutura social, política e cultural das relações de gênero, bem como o estabelecimento normativo dos papéis sexuais. Além disso, as abordagens teórico-metodológicas possibilitam uma compreensão mais profunda sobre as identidades de gênero pré-estabelecidas, a influência dos regimes de poder sobre elas e questionamento de desigualdades sociais e culturais naturalizadas.

2.1. A emigração feminina portuguesa

O propósito dos deslocamentos femininos variava conforme o contexto migratório da época. De maneira geral, a procura por estabilidade e qualidade de vida foram fatores determinantes na decisão de mudança. Contudo, não é possível descartar a subjetividade da migração englobada por diversos fatores, mesmo em grandes fluxos. A autora Maria Beatriz Rocha-Trindade destaca que a emigração envolve questões específicas e universais que se aplicam em diferentes contextos. Assim, o estudo da mobilidade feminina é essencial para compreender as dinâmicas políticas e culturais, tanto em âmbito geral quanto particular (Rocha-Trindade, 2008, p. 20–21).

As mulheres emigrantes enfrentaram desafios sistêmicos em razão de sua dupla condição: como imigrantes e como mulheres. O primeiro obstáculo diz respeito às dificuldades do processo migratório, enquanto o segundo estava ligado à violência de gênero, dificultando ainda mais o acesso a oportunidades no país de destino (Rocha-Trindade, 2008, p. 20). Ainda, segundo Roseli Boschilia e Natália Ramos, as mulheres também encararam situações adversas nas embarcações, viajando em navios superlotados, condições de insalubres de subsistência e com a possibilidade de sofrer assédio sexual (Boschilia; Ramos, 2021, p. 11–12).

Em casos máximos, foram enganadas e iludidas por exploradores que, em primeiro momento, custearam as despesas e foram responsáveis por toda a tramitação até o destino. A promessa dos traficantes era a melhoria da renda e das condições de vida no exterior. Contudo, após a chegada, os engajadores poderiam coagir as mulheres a pagarem todo o custo do deslocamento e moradia por meio do trabalho sexual, submetidas a quitar dívidas intermináveis impostas pelos traficantes (Rocha-Trindade, 2008, p. 30–31).

No Brasil, as imigrantes portuguesas se estabeleceram em diversos setores da sociedade, atuando tanto no meio rural quanto urbano. Maria Izilda Matos e Lená Menezes de Medeiros destacam que as ocupações das mulheres envolveram a agricultura, a arte e o artesanato, a vida doméstica, industrial, e comercial, muitas vezes

de maneira conjunta. Muitas vezes, conciliando os ofícios com os afazeres domésticos e com o cuidado familiar (Matos; Menezes, 2017). Nesse contexto, o enlace entre a cultura portuguesa e a brasileira também foi realizado por mulheres, com representações marcadamente femininas e o repasse de tradições familiares, como, por exemplo, na culinária e nos bordados (Matos; Menezes, 2017).

Desta forma, as mulheres que se deslocaram, em sua maioria, eram acompanhadas de sua família, fazendo parte do processo de reagrupamento familiar em outro país. Rocha-Trindade aponta que, no contexto europeu, o mecanismo de reagrupamento familiar foi fundamental para a emigração, facilitando a integração social nos destinos. Nesse sentido, a mulher teve um papel central na mediação entre a família e as instituições locais, responsáveis pela comunicação entre os serviços educacionais, administrativos e de saúde pública (Rocha-Trindade, 2008, p. 26).

De acordo com Rocha-Trindade, muitas mulheres ficaram no país de origem enquanto seus companheiros ou familiares emigraram, assumindo a responsabilidade dos negócios familiares, da casa e da família. Indo embora ou ficando em Portugal, essas mulheres conquistaram uma maior autonomia financeira e social, ampliando sua posição no núcleo familiar e na sociedade. Os serviços prestados fora do país, especialmente os conectados às populações locais, permitiram um melhor desenvolvimento linguístico e cultural mais rapidamente (Rocha-Trindade, 2008, p. 31).

A partir desse panorama sobre a história da emigração feminina portuguesa, é possível compreender a relevância do gênero e sexualidade para a história das migrações. As dimensões da participação das mulheres ainda são sub exploradas, dado o predomínio de narrativas centradas na experiência masculina. Ainda assim, os trabalhos utilizados para embasar a pesquisa colaboram para uma compreensão mais ampla e inclusiva dos movimentos transnacionais.

3. Documentos, discurso e a preocupação portuguesa com a emigração

A coleta e o interesse na obtenção dos *Documentos sobre a Emigração de 1873* está diretamente ligada à produção do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, realizado no mesmo ano. Os materiais reunidos serviram como base para o desenvolvimento do relatório oficial do Inquérito. O material foi elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsável pelo arquivo e correspondências consulares na época, que reuniu a documentação com mais de 200 registros diplomáticos (Galvanese, 2021, p. 8). Entre os arquivos selecionados, encontram-se cartas, questionários consulares e censos demográficos que descrevem a emigração portuguesa.

O *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa de 1873* foi produzido a partir do pedido da comissão da agricultura da Câmara dos Deputados. A historiadora Marina Galvanese aponta que a comissão tinha interesse em manter os portugueses no país, cedendo à pressão da associação dos agricultores, preocupados com a carência de braços e com o futuro dos seus investimentos durante o grande aumento da emigração na década de 1870. As autoridades procuraram medidas indiretas para a contenção da emigração, a fim de sanar déficits censitários que abalaram o sul de Portugal, principalmente nas regiões rurais (Galvanese, 2021, p. 386–388).

A partir do dia 16 de abril de 1872, os membros da comissão de agricultura da Câmara dos Deputados atuaram nos estudos sobre a emigração, incluindo cartas consulares e questionários em diferentes localidades. A junção de tais documentos realizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros deu origem aos *Documentos sobre a Emigração de 1873* e, a partir da análise e seleção dos materiais pela comissão, ao próprio *Inquérito Parlamentar* do mesmo ano. A partir do trabalho de Galvanese, é possível compreender que o intuito dessa documentação, além de procurar medidas de contenção da emigração, era analisar os problemas do deslocamento, dificuldades geradas pelo engajamento e as restrições à liberdade dos portugueses em solo brasileiro (Galvanese, 2021, p. 388–389).

Assim, os materiais reunidos visavam encontrar uma solução para os dois maiores problemas da emigração, que, segundo o próprio Inquérito, eram a saída de mão de obra e as condições de trabalho e vida precárias, com o intuito de garantir o respeito aos direitos dos homens (*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, 1873, p. 3.). Essa motivação inicial confere ao estudo um caráter investigativo, focando nas condições de vida dos portugueses em seu país de origem e nos destinos, no aparato legislativo de outras nações e nas condições de saúde a que estavam submetidos.

Nesse sentido, é válido traçar um paralelo com as ideias de Foucault sobre biopolítica e poder disciplinar como formas de regulação de corpos. Segundo o filósofo, a partir do século XVIII, os Estados passam a controlar a população, administrando os aspectos como natalidade, mortalidade, saúde, assim como a entrada e saída dos indivíduos. Desta forma, articularam-se os mecanismos de vigilância com a normatização da vida (Foucault, 2008, p. 3).

Na definição de Foucault, a microfísica do poder é regulamentador de todos os mecanismos do Estado, nos detalhes da vida cotidiana e nas operações institucionais (Foucault, 2014, p. 135–139). A disciplina, nesse contexto, é classificada como um adestramento progressivo dos corpos e das práticas, orientada por objetivos normativos pré-estabelecidos (Foucault, 2008, p. 74–75). Quando articulada com o sistema legislativo, a disciplina organiza as ações, indivíduos e os espaços, dividindo-os entre permitido ou proibido. Dessa forma, aquilo que não é proibido se fixa como a ordem ideal para a manutenção do controle social (Foucault, 2008, p. 60).

Também é possível analisar que a disciplina não só normatiza o comportamento, mas também pune o que é considerado fora da normalidade na intenção de reduzir os desvios ordem (Foucault, 2014, p. 174-181). No contexto migratório feminino, verificam-se as punições às mulheres que não seguem o modelo de e/imigrante ideal. Como exemplo, pode-se citar a marginalização de prostitutas, mães solteiras ou quaisquer comportamentos que se desviassem da norma social institucionalizada.

Desta forma, os *Documentos sobre a Emigração de 1873* podem ser compreendidos não somente como um repositório de dados sobre o processo migratório, mas também como um mecanismo de regulação do Estado. A preocupação com a saída da população e o preparo do registro são parte de um esforço para procurar estratégias na administração da população, assim como reforçar os mecanismos de disciplina. Portanto, com a análise do discurso oficial por meio dos estudos de Gênero, a fonte pode contribuir para uma leitura mais ampla dos dispositivos do controle social, sobre principalmente os corpos femininos.

4. Preservação do corpo, honra do país

Durante toda a análise dos documentos, é possível notar que as mulheres são retratadas no documento majoritariamente por meio de suas estatísticas, lembradas por sua condição minoritária nas taxas de emigração para o Brasil, em comparação com os homens. Na maior parte dos dados que compõem o material, a participação feminina na emigração praticamente inexistente, sendo destacadas em somente algumas situações, a maioria delas relacionadas ao corpo, à sexualidade e ao comportamento. As cartas, registros oficiais, estatísticas e demais documentos, abordam uma linguagem e simbologia generalizante, que privilegia a ação e participação da figura masculina na sociedade. Em tais arquivos, as mulheres ocupam a sombra de seus pais, maridos ou outros responsáveis.

No documento de número 64, produzido no ano de 1858, está presente a carta do Cônsul de Portugal em Pernambuco, José Henriques Ferreira, ao Marquez de Loulé. O conteúdo da correspondência é a resposta ao questionário do documento aos cônsules no Brasil que indaga sobre salário proporcional, qualidade e quantidade de alimentação, vestuário, horário de trabalho e os contratos de parceria. Após responder prontamente às perguntas sobre as condições em Pernambuco, a autoridade afirma que

de forma alguma se deve consentir no embarque de raparigas para o Brazil, sem que venham acompanhadas de pae, marido ou irmão. Independente do risco a que vem sujeitas a bordo entre marujos (o que já é uma immoralidade), novos perigos as esperam em terra, que me não é possível afastar e que nos envergonham. (*Documentos sobre a emigração portuguesa*)

colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 1873, p. 50)

A declaração do cônsul expõe uma das problemáticas da emigração feminina portuguesa para o Estado: o deslocamento de mulheres desacompanhadas. A preocupação de José Henriques Ferreira gira em torno do perigo da imoralidade, e o risco que ele menciona pode ser interpretado como o envolvimento de moças solteiras com outros rapazes, assédio sexual ou prostituição no país de destino. Independentemente das possibilidades descritas, a honra de Portugal é vinculada à proteção da honra feminina. Para preservação da imagem do país, o cônsul vê como solução a proibição da emigração de mulheres desacompanhadas de homens.

A proposta do cônsul reflete a tentativa de preservação da imagem nacional portuguesa. Alinhando o caso à teoria de Nira Yuval Davis, é possível compreender que a emigração feminina não afeta somente a imagem de Portugal, como também o centro da formação e desenvolvimento do pensamento nacional. Isso porque o papel atribuído às mulheres, tanto social quanto culturalmente, era o de reprodução biológica, simbólica e cultural da nação, desempenhando um papel fundamental na manutenção da identidade nacional (Yuval-Davis, 1998).

Neste sentido, a simbologia da proteção masculina exerce uma influência tanto na construção do imaginário nacional, quanto nas relações de gênero (Yuval-Davis, 1998). O discurso do cônsul é um exemplo da busca pela manutenção da identidade nacional por meio da regulação dos papéis de gênero. No trecho apresentado, ele reforça a ideia de que a contenção dos deslocamentos femininos é uma maneira de proteger a honra das mulheres portuguesas, e, conseqüentemente, os interesses e a estabilidade da configuração nacional.

Em outro momento, de maneira diminuta, é abordada a prostituição no documento 160, de 1863. Na carta, Antonio Emilio Machado dos Reiz, vice-cônsul encarregado do consulado geral do Rio de Janeiro, relata ao Duque de Loulé a falsificação de identidades e trabalhadores clandestinos no navio *Nova Fama*, que partiu de Porto, com presença de trinta colonos, incluindo menores de idade. Além disso, menciona mulheres emigradas na clandestinidade para serem entregues a uma

“senhora de maus costumes” (*Documentos sobre a emigração portuguesa colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, 1873, p. 157-159), possivelmente dona de bordel ou cafetina, quem iria usufruir dos serviços de prostituição destas portuguesas, sendo 5 delas apresentadas na delegacia para prestar seus esclarecimentos. O cônsul ainda questiona sobre as condições sociais e trabalho no Brasil, comparando-as com a dos escravos negros e as considerando indignas aos conterrâneos brancos pelo baixo salário, alta jornada de trabalho e baixa qualidade de vida.

O destaque feito sobre as mulheres no documento é relacionado à emigrantes clandestinas, com destino ao trabalho sexual. Matos e Menezes pontuam que as prostitutas eram marginalizadas e ignoradas socialmente, principalmente devido à afronta e à moral portuguesa (Matos; Menezes, 2017). E, mesmo a documentação não esclarecendo se a ocupação seria realizada de maneira forçada, ou se era um caso de tráfico, é possível admitir que essas mulheres seriam exploradas e comercializadas, sofrendo com o julgamento de ser a vergonha do país de origem

É interessante notar que, de acordo com Maria Izilda Matos e Lená Menezes de Medeiros, o olhar masculino sobre a prostituição é primeiramente condenatório, mas também visto como um mal necessário — já que, conforme o pensamento conservador, as mulheres de família não poderiam atender às necessidades masculinas. Assim, o trabalho realizado pelas prostitutas poderia ser visto como essencial na manutenção da ordem familiar e social (Matos; Menezes, 2017).

No documento de número 74, consta uma carta escrita em 1859 por José de Vasconcellos, conselheiro e ministro plenipotenciário da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, ao Marquez de Loulé. O caso relatado é uma denúncia sobre o fazendeiro Francisco José Freitas, do município de Iguacu, Rio de Janeiro, que apresentou comportamento imoral com a filha menor de treze anos de um de seus colonos. Este mesmo proprietário foi denunciado por indício de violência por outros dois colonos, que precisaram de atendimento hospitalar.

No primeiro anexo da carta, José Vasconcellos e Sousa apresenta a situação e cobra respostas sobre o caso, optando por ocultar sua opinião própria, “bem certo de que não podem ser senão sobremodo desagradáveis as [opiniões] que afluirão no ânimo de v. ex.^a com a simples leitura do já referido documento junto” (*Documentos sobre a emigração portuguesa colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, 1873, p. 57). Além de requerer que medidas urgentes fossem tomadas, o autor ainda aponta outro caso idêntico em Taubaté, desta vez sem detalhes, e descreve que mesmo após 7 meses da denúncia às autoridades portuguesas não obtiveram uma resposta em cobrança ao governo federal.

No mesmo documento, é anexada a resposta de José Maria da Silva Paranhos, conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que considera os feitos do proprietário repreensíveis, mas não acha necessária sua condenação imediata. A autoridade acredita ser necessária a realização de exames que comprovem a violência, para então condenar o fazendeiro. Da mesma maneira, sobre o caso de Taubaté, aponta que, por conta da baixa povoação em um país extenso como o Brasil, muitos dos processos realizados não conseguiram ser atendidos.

O caso apresentado revela a impunidade dos proprietários de terras em relação à violência sexual e física. Os três incidentes citados envolvem não só a relação de poder entre os gêneros, como também reafirma o poder do patrão sobre seus empregados. Esse fenômeno é comprovado pela apresentação dos abusos, nos quais os agressores masculinos envolvidos têm escapado de qualquer forma de reprimenda judicial. Pode-se argumentar que o privilégio da elite proprietária de terras, aliado ao sentimento de antilusitanismo e à evidente negligência em relação à situação dos imigrantes no Brasil, contribuiu para o fortalecimento da impunidade.

A denúncia evidencia as dinâmicas sociais do Brasil no século XIX, não só pela brutalidade dos abusos, que envolvem violências físicas e de gênero, como revelam a conivência e a ineficácia das instituições estatais na proteção de camadas vulneráveis, nesse caso, os imigrantes e as mulheres. Desta forma, o documento, além

de registrar a indignação do conselheiro português, também ocupa o papel de testemunha das fragilidades das instituições reguladoras.

5. Considerações Finais

A análise sobre a emigração feminina portuguesa no século XIX, sob a perspectiva da construção social de gênero e suas relações de poder, permitiu avaliar as complexas dinâmicas entre sexos que moldam a participação de mulheres no contexto migratório. O estudo procurou evidenciar que os corpos femininos não significavam somente sujeitos em deslocamento, mas uma extensão simbólica dos valores culturais e da identidade nacional. Assim, a emigração feminina não era tratada apenas como um fenômeno demográfico, mas também uma questão moral e política, ligada à preservação da imagem e dos interesses do Estado português e de seus representantes.

Além disso, conforme a teoria da performatividade de gênero, apontada por Judith Butler, junto às representações de poder descritas por Joan W. Scott, demonstram como as mulheres emigrantes enfrentaram um duplo controle. Enquanto seus corpos eram disciplinados pela moralidade imposta pelo Estado, as suas identidades eram moldadas por atos performativos, estes que as posicionavam como dependentes, frágeis ou subalternos. Assim, a educação e os papéis sociais considerados femininos foram restritos ao ambiente doméstico e às virtudes familiares, a fim de reforçar a dominação patriarcal e limitar a autonomia de mulheres em seus países de origem, assim como em seus destinos.

Durante a análise sobre a condição das mulheres nos *Documentos sobre a Emigração de 1873*, ressalta-se que seu aparecimento é diminuto, com um discurso gendricado que priorizou a figura masculina. A documentação, quando citou a participação feminina, expressava uma preocupação somente com os seus corpos, considerando somente a honra e dignidade da nação diante da postura das moças emigrantes, principalmente as solteiras. A apreensão não era necessariamente sobre a segurança e estabilidade das mesmas, mas sobre a preservação de uma imagem portuguesa valorosa e conforme os bons costumes, como afirmado anteriormente.

Portanto, ao considerar as produções de autoras e uma análise documental baseada nas categorias de gênero e nas dinâmicas transnacionais, fica evidente que as aparições das mulheres na documentação, assim como seus silenciamentos, revelam a articulação política do Estado por meio de discursos que visavam controlar a emigração feminina e os corpos das mulheres emigrantes. A análise desses discursos pode ser valiosa para o aprofundamento das investigações sobre a migração luso-brasileira, ampliando as perspectivas de análise sobre a participação feminina no processo migratório.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Feminismo, gênero e representações sociais. In: Heloísa Buarque de Hollanda. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Vol. I. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 335-355, 2019.

BOSCHILIA, R.; RAMOS, N. Mulheres à proa: relatos sobre a experiência da emigração portuguesa no século XIX. **História** (São Paulo), 40, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: Edusp, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Documentos sobre a emigração portuguesa colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of International Politics**. Berkeley, California: University of California Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 1: a vontade de saber**. 18ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GALVANESE, Marina Simões. **Os sentidos da emigração portuguesa:** discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil, 1835–1914. Tese, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2021.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A Grande Imigração de famílias para São Paulo: implicações da política de subsídio de passagens na demografia do fluxo transatlântico de europeus (1884-1914). **Entre redes y espacios familiares en Iberoamérica.** Repensando estrategias, mecanismos e idearios de supervivencia y movilidad, v. 1, p. 602-622, 2017.

MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M. **Gênero e imigração:** mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX). 1ª ed. São Paulo: E-Manuscrito, v. 1, 2017.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender.** Cambridge: Polity Press, 2001.

PERROT, Michelle. **Mulheres ou o silêncio da história.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Porquê a mulher? Reflexões sobre género em contexto migratório. **Actas del Coloquio Internacional,** Santiago de Compostela, 23-24 de noviembre de 2006, p. 19-38, 2008.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography:** the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade,** v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender & Nation.** Londres: SAGE Publications, 1998.